



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento n ^o : 017	Data: 20/08/2018
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h52min
COLABORADOR	
SUSANA MARIA BELTRÃO PEREIRA - Assistente de nível superior, no Gabinete do Senador Mário Covas, Líder do PMDB na Constituinte.	
SUMÁRIO	
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.	
TÓPICOS	
1. Formação ; 2. Vinda para Brasília; 3. Trabalho na Assembleia Legislativa de Pernambuco; 4. O gosto pela política; 5. A equipe da Liderança do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte; 6. Localização e recursos técnicos da Liderança; 7. O trabalho na Liderança: a agenda do Líder; 8. Grupos de pressão; 9. A relação com o Líder Mário Covas; 10. A relação com os vice-líderes; 11. A aprendizagem na Liderança; 12. O Centrão; 13. As posições políticas do Líder Mário Covas; 14. As disputas que levaram ao PSDB; 15. O mandato do Presidente Sarney; 16. A ocupação indígena; 17. Avaliação da Constituinte.	

1. Formação

Nasci e me criei em Recife. Sou formada em Letras e em Direito. Fiz a minha pós-graduação em Recife, como também fui aprovada na Universidade de São Paulo (USP) para defender a minha tese, quando fui interrompida, à época, pelo grande Deputado Freitas Nobre¹, que disse: “*Não vá agora, Susana, para São Paulo, porque vamos precisar de você na Constituinte*”. Naquela época, precisava-se de pessoas que falassem duas línguas.

Morei nos Estados Unidos. Quando voltei para o Recife, o meu pai, que sempre foi muito severo em educação, disse: “*Com o que investi em você, agora você tem que produzir.*” Nesse sentido, fui privilegiada pelos meus pais, que investiram bastante em mim. Tive aula de Literatura Inglesa com o diretor da Cultura Inglesa, um irlandês, que com certeza já está na pátria espiritual. Tive o privilégio de ser a sua única aluna — estudamos os originais no inglês arcaico. Ele me convidou

¹ José Freitas Nobre (1921-1990). Deputado Federal - 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983, SP, MDB. Deputado Federal - 1983-1987, SP, PMDB.



para ser professora na Cultura Inglesa. Ele era o diretor cultural da Cultura Inglesa. Ao longo do meu curso de Letras até a minha formatura dei aula de inglês.

2. Vinda para Brasília

Sempre tive curiosidade em conhecer o mundo. Fui educada assim. Muito jovem já conhecia toda a Europa por causa do meu pai, que dizia que só viajando conhecemos a cultura de um local. O meu pai sempre investiu nisso, não só em mim, mas em todos os meus irmãos. Vim para Brasília, porque queria fazer o concurso para o Itamaraty. Queria ser diplomata. Ao estar me preparando, apareceu a oportunidade de ficar aqui como oficial de gabinete. Era a 1ª Secretária da Câmara dos Deputados. Na época, o 1º Secretário era o ilustre Ministro Fernando Lyra², de Caruaru, Pernambuco, que foi homenageado por todos os governos, inclusive era o primeiro homem de confiança de Tancredo Neves³. Aliás, ele iria ser seu ministro e foi mantido. Eu me encantei pelo Poder Legislativo. Realmente, ele me chama a atenção, porque tem a capacidade, o poder de interferir diretamente nas nossas vidas. Isso é um fato, não é ficção. Permaneci na Câmara dos Deputados. Fiz alguns concursos internos. Fui servidora da Câmara dos Deputados. Fiz os concursos que cabiam. Com isso, tornei-me analista legislativo e defendi muito o meu nome. Não fiz nada mais, nada menos do que minha obrigação, porque amo a Câmara dos Deputados.

3. Trabalho na Assembleia Legislativa de Pernambuco

No período de 1991 a 1997, trabalhei na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Era assessora na Comissão de Justiça. Fui para lá porque a minha família é pernambucana, meus pais são de Pernambuco. Recebi um convite, na época, para ajudar, para oferecer os conhecimentos do que tinha vivido aqui à

² Fernando Soares Lyra (1938 — 2013). Deputado Federal - 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983, PE, MDB. Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1991, PE, PMDB. Deputado Federal - 1992-1995, PE, PDT. Deputado Federal - 1995-1999, PE, PSB. Ministro da Justiça – 1985-1986. Nascido em Recife, foi criado em Caruaru.

³ Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Deputado Federal nas Legislaturas 1951-1955, 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975 e 1975-1979; Senador 1979-1982, Governador de Minas Gerais (1983-1984). Oficialmente reconhecido (Lei no 7.465, de 21 de abril de 1986) Presidente do Brasil.



Assembleia Legislativa do meu Estado. Coincidiu de ser um momento importante para mim de estar junto dos meus pais.

Com isso, consolidei as duas coisas e quis ir, oficialmente, para lá. Inclusive, isso está bem registrado. Fui ganhando meu salário-base, básico, o que até interferiu, depois, na minha carreira, pois quando retornei não poderia exigir as funções que meus colegas já ocupavam, porque foi uma decisão minha. Não me arrependo disso porque foi muito importante. Acho que contribuí para o meu Estado, até porque ficou nos registros que trabalhei para os dois parlamentares, para o filho, que é hoje o Deputado Federal Bruno Araújo⁴, e para o pai, o Deputado Eduardo Araújo⁵, que era o Presidente da Comissão. Trabalhei para ambos. Hoje eles são deputados federais. O pai não mais, Bruno Araújo é deputado federal. Fico até muito honrada, porque assim que ele chegou, pediu-me para ajudá-lo a montar o gabinete dele. Eles, inclusive, fizeram elogios à minha pessoa, registrados na Presidência da Câmara, enquanto eu servia na Assembleia Legislativa do meu Estado, Pernambuco.

4. O gosto pela política

Gosto da política na sua essência. Mas a política, como pressupõe a própria etimologia, deve ser aquilo que leve ao outro argumentos e fatos e que se possa livremente negociar e respeitar. Tive uma experiência agora, passei 15 dias no Japão, e fiquei impressionada. Sempre admirei os Estados Unidos pelo exercício da cidadania. Ao chegar agora ao Japão — foi em junho, fui em 31 de maio —, fiquei impressionada com o respeito pelo cidadão, com o respeito pelas pessoas. O meu direito, realmente, de fato, termina quando o seu começa. Isso é a verdadeira política. A política é essencialmente o respeito, a arte de negociar, mas sob fundamentos onde predominantemente a ética seja o norte, independentemente de partido, religião ou cor. Não acredito em segmentos, nem em facções, nem em cotas. Acredito no ser humano. Todo ser humano tem um potencial na vida porque lhe foi dado esse talento. Cabe a ele explorá-lo positivamente ou não.

⁴ Bruno Cavalcanti de Araújo. Deputado Federal - 2007-2011; 2011-2015; 2015-2019, PE, PSDB. Ministro das Cidades – 2016-2017.

⁵ Eduardo Gomes de Araújo. Deputado Estadual – Pernambuco.



Algumas vezes algumas pessoas me sugeriram a atuar diretamente na política. Mas não sei, acho que era muito imatura para pensar nisso. Acho que não tinha maturidade. Para ser político, você precisa, essencialmente, de uma maturidade emocional. A maturidade emocional ainda conta mais do que a intelectual nesse ponto, até porque a maturidade emocional concede um dom difícil, que é a sabedoria, o discernimento, o equilíbrio, saber ouvir, saber calar; seguir também outro trecho bíblico: *“A palavra vale prata; o silêncio vale ouro”*; não sermos passionais.

Jamais alguém me convidou oficialmente para ser política. Isso não seria verdadeiro declarar. Alguns colegas diziam: *“Você deveria ser candidata.”* Mas, realmente, isso nunca passou de uma brincadeira de alguns colegas. Não sei se eles falavam sério ou não, mas eles diziam que eu tinha a arte inerente à minha pessoa. Não diria isso porque acho que não tinha maturidade para isso.

5. A equipe da Liderança do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte

Urbano⁶, que era um colega nosso que trabalhava na Câmara, veio convidar a mim e outros colegas da 1ª Secretaria para servir ao Senador Mário Covas⁷. Até então, não tinha qualquer conhecimento com o Senador Mário Covas. Foi quando o Freitas Nobre disse para mim: *“Susana, isso é uma oportunidade ímpar. Você é muito jovem. Nós precisamos de uma assessora bilíngue porque vamos receber jornais do mundo inteiro, e você cabe nesse perfil. Então, gostaria que você, realmente, aceitasse o convite e que você assessorasse o Senador Mário Covas”*. Realmente, isso de fato aconteceu. Mas não foi um convite direto do Senador porque, inclusive, como eu disse no início, nós jamais tivemos um conhecimento físico, só a partir dali. A equipe era Câmara e Senado. Nós tínhamos, da Câmara, funcionários como a Carmem Lídia⁸; o Francisco⁹, um excelente funcionário; a Maria da Guia¹⁰. Tínhamos o Araújo¹¹, que era do Senado; a Célia¹², que era do Senado.

⁶ Urbano Abrão Simão

⁷ Mário Covas Júnior (1930-2001). Deputado Federal, 1963-1967, SP, PST; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal – SP (1983-1987). Senador – SP (1987-1995). Governador – SP (1995-2001). Líder do PMDB na Constituinte.

⁸ Carmen Lídia Ramos Leite

⁹ Francisco das Chagas Aragão.

¹⁰ Maria da Guia Duarte da Silva



São tantas as pessoas que, agora, realmente a memória não está... Mas, enfim, era a Câmara, e a proposta era esta: Câmara e Senado funcionando juntos.

Eu não sei quais foram os critérios que o Senador Cova usou para compor a equipe. Mas, no caso do gabinete da Constituinte, em que 90% eram servidores da Câmara ou do Senado, acredito que pouquíssimos ele conhecia. Então, não houve critério de preferência, de confiança ou de resistência ou “não quero A, não quero B”, certo? Mesmo ao longo do período, não houve trocas, mesmo que existissem resistências a determinadas pessoas. Eu mesma tive embates seriíssimos, entende? É natural, é humano, demasiadamente humano. Mas, enfim, do ponto de vista dos políticos, eles tinham resistência depois do convívio, mas não que eles tivessem escolhido isso. Até pelo contrário. Por exemplo, o então Deputado Nelson Jobim¹³ me convidou para me manter no cargo, porque ele sabia do trabalho que eu tinha exercido junto ao Senador Mário Covas, à época.

6. Localização e recursos técnicos da Liderança

Nosso espaço físico era na antiga Comissão de Relações Exteriores, que era o maior espaço para nós nos reunirmos lá, porque havia as Subcomissões, que, estrategicamente, deveriam ser feitas perto da Liderança, porque era mais fácil o acesso. Nós trabalhávamos 11 horas, 12 horas por dia. Havia as Subcomissões. O Senador ficava quase o tempo todo na Liderança e tinha que falar com o então Senador Fernando Henrique Cardoso¹⁴, o então Deputado José Serra¹⁵, o então Deputado Alckmin¹⁶, todas essas pessoas que pertenciam às Subcomissões. Nessa época, até como deslocamento, era mais fácil assim. Imagina se, todas as vezes

¹¹ Carlos Roberto de Araújo.

¹² Não identificada.

¹³ Nelson Azevedo Jobim. Deputado Federal – RS (1987-1991, 1991-1995). Ministro da justiça (1995-1997). Ministro do Supremo Tribunal Federal (1997-2006). Ministro da Defesa (2007-2011). Líder do PMDB na Constituinte.

¹⁴ Fernando Henrique Cardoso. Senador SP (1983-1987; 1987-1992). Ministro das relações Exteriores (1992-1993). Ministro da Fazenda (1993-1994). Presidente do Brasil (1995-1998; 1999-2002). Relator do Regimento Interno da Constituinte.

¹⁵ José Serra Chirico (1942-). Deputado Federal – SP (1987-1991; 1991-1995). Ministro do Planejamento (1995-1996); Ministro da Saúde (1998-2002); Governador de São Paulo (2007-2010); Ministro das Relações Exteriores (2016-2017); Senador – SP (2015-2023). Foi Relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

¹⁶ Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho. Deputado Federal - SP, PMDB (1987-1991); Deputado Federal - SP, PSDB (1991-1995). Governador de São Paulo (2001-2006; 2011-2018).



que tivéssemos que ir ao Senado, tivéssemos que ir à Câmara. Lembre-se de que, nessa época, estávamos instituindo a informática, não tínhamos essa facilidade de hoje, de ligar uma tela e falar com a pessoa lá na China, no Japão, ao vivo. Isso estava começando.

Eu comecei — fui até obrigada praticamente — a fazer a agenda do Senador no computador, mas aquele computador de 30 anos atrás. A Câmara nem tinha sido informatizada, porque, na realidade, ela foi informatizada na Legislatura logo após a Constituinte, quando o 1º Secretário era o então Deputado Luiz Henrique¹⁷, de Santa Catarina. Foi ali que a Câmara foi informatizada. Na realidade, nós não tínhamos essa facilidade que hoje temos. Ainda havia a máquina de escrever, o despacho era manual. Eu ainda tive o privilégio de utilizar o computador, o que não era para todo mundo. Inclusive, à época, a IBM até convidou alguns funcionários, e fui indicada pelo então Vice-Líder, o Deputado Euclides Scalco¹⁸. Quero até pedir desculpas por não ter citado o nome dele, porque foi uma pessoa muito importante para mim dentro desse nível de maturidade.

Além do Líder Senador Mário Covas, e o Vice-Líder Deputado Euclides Scalco havia o Deputado Nelson Jobim, que foi quem assumiu depois do Deputado Mário Covas. Teria que ver agora todos, mas esses foram os principais, tanto que, quando o Mário Covas teve um infarto, o Deputado Euclides Scalco foi quem assumiu a Liderança. Foi nessa época que a IBM convidou alguns funcionários — o Deputado Euclides Scalco me indicou — para irmos a Campinas e conhecer a informática que estava despontando pelo menos aqui no Brasil, especificamente voltada para o conhecimento do Poder Legislativo.

7. O trabalho na Liderança: a agenda do Líder.

Na realidade, nós não tínhamos horário porque saíamos daqui às 2 horas ou 3 horas da manhã. Era a assessora direta do Senador Mário Covas, quem fazia a agenda do Senador era eu. Essa era a minha função essencial. E o que significava fazer a agenda? A demanda de interesse era de todos os níveis e de todas as

¹⁷ Luiz Henrique da Silveira (1940-2015). Deputado Federal – SC (1975-1977; 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995; 1995-1996). Governador de Santa Catarina (2003-2006; 2007-2010). Senador – SC (2011-2015).

¹⁸ Euclides Girolamo Scalco. Deputado Federal - 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991, PR, MDB.



classes sociais. Então, foi acertado por todos eles — e, claro, me foi repassado, para que realizasse o trabalho — que tudo seria feito de acordo com o que fosse colocado em pauta. Portanto, não seriam recebidos nem João, nem Pedro, nem Maria. Se quem iria ser recebido eram os sindicalistas, então, seria recebido o representante dos sindicatos. Para saber quem iria ser recebido, perguntava-se: “Vai ser votado agora o quê?”. Diziam: “Então, se vai ser votada a questão do sangue, serão atendidas essas pessoas. Se será votado o sistema financeiro, então, vamos ouvir o sistema financeiro”. Falava-se em indústria de cosmético, indústria da borracha. Não se falava tanto em ecologia, mas já havia uma preocupação sobre a questão ambiental e a água, não especificamente como tema da Constituição, mas dentro de uma previsão, como hoje realmente existe no mundo.

A agenda era montada de acordo com a pauta da Constituinte, de acordo com aquilo que seria votado ou apreciado, desde o seu nascedouro, ou seja, acontecia de acordo com os capítulos previstos. Havia, digamos assim, um organograma. Vamos supor que o primeiro capítulo fosse sobre as cláusulas pétreas. Aliás, sobre isso não há muito que se discutir. Mas vamos supor que o segundo capítulo fosse sobre eleição ou — um momento muito difícil também — emancipação dos Municípios, que é um assunto bem político. Seria votada a emancipação dos Municípios. Como seria essa emancipação? Quais seriam os dados de referência para que um Município seja considerado? Como e quando? Havia algumas demandas. Havia reuniões. Eles falavam: “Precisamos marcar uma reunião, porque aconteceu um fato novo”. E, claro, ao se escrever uma Constituição, vários fatos novos acontecem. E esses fatos novos eram de natureza realmente imperiosa, necessária, porque poderiam mudar um artigo, todo um parágrafo, todo um capítulo.

Portanto, havia uma agenda, sim, e ela era fundamental. O critério essencial era exatamente os assuntos em pauta. Tudo era pautado de acordo com o que estava sendo debatido no momento, o que era muito difícil porque as pressões eram grandes e, infelizmente, é da nossa cultura, do latino ser impositivo e autoritário. Ao mesmo tempo em que se quer a democracia, quando a pessoa é investida de qualquer tipo de poder, seja uma investidura financeira, seja uma investidura do Estado, seja qualquer outro tipo de investidura, ela se sente uma autoridade e acha que tem primazia. Cito um exemplo muito prático: nos Estados Unidos, quando um



parlamentar vê um cidadão na fila, ele o deixa passar primeiro; aqui no Brasil, infelizmente, ainda acontece o contrário. Não é verdade?

Essa questão era difícil, era complicada. Era muito jovem, não tinha a maturidade que tenho hoje e, inclusive, queria impor muitas vezes a minha vontade. É claro que a minha vontade não era a predominante. Mas seguia a formação que sempre me foi dada pelos meus pais e aquilo que me foi requerido pelo Senador Mário Covas. Ele jamais me desautorizou. Ele poderia até, num horário extra, vamos supor, dizer: *“Susana, vai ser importante eu atender essa pessoa”*. Mas ele procurava defender o princípio daquilo que ele tinha colocado. Aliás, na realidade, seguia as ordens do Senador porque, ao final do dia, sempre despachava com ele, exceto quando ele estivesse viajando, o que era difícil. Era praticamente sempre a última a sair, porque era obrigada, fazia parte da minha função despachar com ele todos os dias, inclusive nos finais de semana.

Eu me recordo — aliás, eu tenho uma boa memória disto — de uma ocasião em que ele estava no Palácio do Planalto, numa reunião, e o Dr. Antônio Ermírio de Moraes telefonou para marcar um horário na agenda. Ele queria falar com o Senador Mário Covas. A secretária dele se identificou, e eu disse: *“Olha, ele não está aqui no momento. Assim que eu entrar em contato com ele, eu dou o retorno”*. Então, o Dr. Antônio Ermírio de Moraes pediu que ela passasse o telefone para ele. Ele se identificou, e eu disse para ele: *“Neste momento, o Senador encontra-se no Palácio do Planalto numa reunião, e eu não posso interrompê-lo. Mas o recado do senhor estará registrado, e eu passarei para ele assim que possível”*. Por incrível que pareça, ele, um dos homens mais ricos do Brasil, foi extremamente educado e não usou do poder financeiro para se impor. Foi extremamente humilde. Gostei muito disso. Depois ele teve a audiência, era um direito dele e de qualquer pessoa.

Essa rotina de trabalho intenso era para todo o gabinete, todo o gabinete. Diria que era para cada um, ao seu estilo. Por exemplo: alguns dos meus colegas ficavam em plenário. Eu ficava mais na Comissão. Eu ia para o plenário quando ele pedia, ou ia para o gabinete do Senado quando ele estava lá, para ele ter mais reserva. Quando ele queria ficar mais, digamos assim, tranquilo para deitar a luz sobre os assuntos que viriam, ficava no gabinete do Senado, porque lá ficava mais resguardado. Não é nem “resguardado” a palavra correta: ele tinha mais



privacidade, para poder pensar. Ele recebia todas as informações e tinha que pensar sobre elas, porque tinha que levá-las aos outros Líderes. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) era a Liderança majoritária, mas não era a única Liderança. Então, tinha que se discutir. Política é a arte de negociar.

8. Grupos de pressão

O senador não tinha resistência a recebe ninguém. Acho até o contrário. Ele tinha esse foco, como eu já disse, voltado para as questões do povo, até porque foi uma premissa, digamos assim, para os Congressistas Constituintes, que eles advogassem em favor do povo, que estava oprimido, que vinha de um regime autoritário e que estava sem os seus direitos, abafados, direitos estes que foram garantidos por Getúlio Vargas, inclusive.

Houve pessoas e grupos que faziam pressão. Houve um, que elogio muito, que foi a questão do sangue. Eles foram incisivos, agressivos e com toda a legitimidade. A questão do sangue foi um grande avanço à época, graças à luta incansável e imbatível do Betinho¹⁹, o irmão do Henfil²⁰, que era um dos poucos hemofílicos que ainda estavam vivos e que teve ali um papel essencial. Outro também muito forte que existiu — e, a este ele, tinha um pouco de resistência — foi a questão dos cartórios que foi modificada. Isso, é claro, abalou muito, porque a gente sabe que cartório, depois do sistema financeiro, é uma das fortes fontes do sistema financeiro, não é verdade? E, no Brasil, mais ainda, porque tudo passa por cartório. É diferente dos países desenvolvidos.

9. A relação com o Líder Mário Covas

Primeiro, gostaria de falar da parte do elogio. Aprendi muito com o Senador Mário Covas, porque, atrás daquele homem, que não diria ser rabugento, mas de difícil temperamento, havia um ser humano. É claro que o que fato que vou citar não é justificativa, porque já aconteceu a milhões de pessoas no mundo, continua acontecendo hoje e acontecerá no futuro. A filha do Senador Mário Covas sofreu um acidente muito jovem e praticamente morreu no seu colo. Isso foi um grande trauma

¹⁹ Herbert José de Souza (1935-1997). Sociólogo.

²⁰ Henrique de Souza Filho – Henfil (1944-1988). Cartunista.



para ele, e nós percebíamos a não aceitação desse fato, que ele mal comentava. Tanto era assim que os filhos eram prioridade na vida dele. Se um filho ligasse, ele atendia na mesma hora, a menos que fosse humanamente impossível. Eram ordens dele tanto com relação à mulher dele quanto aos filhos.

Diria que esse fato, que ele não conseguiu trabalhar bem e, talvez, devesse ter trabalhado melhor, acentuou essa dificuldade de temperamento, porque passou a ser uma pessoa, digamos assim, com grau de tolerância zero. Isso dificultava muito o diálogo, muito! Inclusive com os outros políticos e, talvez — é claro, eu não fugia à exceção —, principalmente comigo. Talvez, principalmente comigo. Nós chegamos, sim, a ter desentendimentos graves.

Por exemplo, em algum momento, houve um movimento no Rio, de que não me recordo mais, e ele foi convidado para participar. Se a minha memória não falha, foi sobre emancipação de municípios, mas não tenho certeza. Bom, ele foi e deve ter dito à pessoa: *“Sim, eu vou, mas fale com a Susana, que é quem cuida disso”*. Isso ele sempre dizia. Ele deve ter dito no momento: *“Vou, claro”*. A pessoa entendeu aquilo como se já fosse um compromisso que ele honraria. Lembro como se fosse hoje: numa segunda-feira, estava no gabinete da Câmara — às vezes, ia ao do Senado, mas era raro —, ele me telefonou e disse: *“Você já leu os jornais de hoje?”* Eu disse: *“Não”*. Ele falou: *“Então, venha aqui ao gabinete”*. Eu fui. Estava estampado que o Senador Mário Covas estaria naquela segunda-feira no Rio de Janeiro — não lembro em que município — para fazer parte desse movimento que ele defendia e que ele iria defender a aprovação disso na Constituição. Eu disse: *“O senhor me desculpe. Não fui eu. Eu posso, inclusive, provar isso ao senhor. Qual foi o dia em que eu disse isso? Que a pessoa que falou isso venha me dizer em que dia ela falou comigo. Vou dizer a ela: ‘Você colocou palavras na minha boca’”*. Nós tivemos, inclusive, uma discussão bem efervescente, porque eu disse: *“Senador, quem sabe o senhor, num determinado momento, não disse: ‘Sim, eu irei’. Não estou dizendo que alguém usou de má-fé, mas como era muito difícil um horário com o senhor, a pessoa pode ter dito: ‘Então, vai ser nesse dia’”*. Foi difícil? Foi, porque a imprensa toda estava esperando por ele no Rio de Janeiro, e ele não foi, até porque era impossível ir. Mesmo que tivesse um jatinho particular, era impossível! O horário já tinha passado. Estou dando um exemplo bem típico. É claro



que houve vários como esse. Nós combinávamos algo. Depois, alguém, servindo-se disso que acontecia, colocava como se já estivesse agendado, mas, na realidade, não estava.

10. A relação com os vice-líderes

A relação do Senador Mário Covas com os Vice-Líderes era muito boa, principalmente com o então Deputado Euclides Scalco. Era muito boa. E, com o Deputado Antônio Britto²¹ também. Mas dos mais atuantes, do meu ponto de vista, até pela questão do conhecimento jurídico, era o Nelson Jobim, que, pela própria formação dele, foi muito importante na redação da Constituinte de então — hoje, a Constituição de 1988. Claro que ele trabalhou junto com a assessoria, ele tinha seus próprios assessores e tinha um excelente diálogo com o Senador Mário Covas. Claro que, às vezes, repetiam-se também os embates, porque era da natureza do então Senador Mário Covas essa oscilação de humor, que era conhecida por todos, e não adianta... Alguns diziam até — com o que não concordava — que ele era ciclotímico. Mas acho que não era bem isso. Acho que era um perfil da personalidade. E, se o fosse, na atualidade talvez ele tentasse mudar, porque não caberia mais a pessoa...

A relação da equipe com os Vice-Líderes era excelente. Particularmente, tinha uma relação muito boa com o Deputado Euclides Scalco. Com o Deputado Jobim, sou até suspeita, porque ele me convidou para permanecer. Isso já demonstra o quanto nós nos dávamos bem, né? Não recebia ordens do Vice-Líder, exceto quando o Senador Mário Covas teve que se ausentar, pelo infarto que teve. Assumiu o Vice-Líder, o Deputado Euclides Scalco, e aí me dirigia a ele, porque era o Líder de fato, naquele momento.

11. A aprendizagem na Liderança

Trabalhei em dois momentos de transição: um com o Ministro Fernando Lyra, porque ele era o Primeiro Secretário da Câmara em um momento de transição, de Tancredo Neves, etc. e tal. Esse da Constituinte foi o outro movimento. Portanto,

²¹ Antônio Britto Filho. Deputado Federal - 1987-1991; 1991-1995, RS, PMDB. Governador do RS – 1995-1999. Ministro da Previdência Social – 1992-1993.



dois movimentos importantes que a própria História comprova. Depois, em seguida, acho que esses foram os dois momentos de aprimoramento da minha carreira como servidora pública do Poder Legislativo. Todas essas pessoas, ao seu modo, me ensinaram muito.

Como disse, eu era muito jovem, à época, para ter essa percepção de toda uma história, que estaria se renovando com uma série de personalidades distintas, e vindo de uma família dentro das tradições brasileiras, pernambucanas. Com tudo isso, houve, sim, um impacto de repente de estar lidando, naquele momento, tão jovem, com as consideradas maiores cabeças do Brasil. E você também tem que ver quem estava por trás disso tudo: um Prof. Afonso²², um Dr. Miguel Reale²³... Não era só os parlamentares. As pessoas eram requisitadas para prestarem seus serviços, principalmente no papel jurídico, como o Prof. Afonso, que tanto me ensinou. O Prof. José Afonso foi requisitado inclusive pelo Senador Mário Covas. Ele trabalhou na Liderança. Ele era um grande constitucionalista também.

Os assessores ficavam... A Câmara mudou tanto que nem sei dizer. Mas, supondo que a redação ainda fosse naquele mesmo local, havia o plenário e, atrás, havia espaços como se fossem Subcomissões. As pessoas ficavam ali, naquele corredor, onde se dividiu o espaço como no modelo americano. Ali havia as salas de reuniões maiores, onde eram realizadas as reuniões... Nosso trabalho não se confundiam. Eram interligados. Por exemplo, uma vez que uma pauta viesse a ser discutida depois de amanhã, e eu precisasse interromper, porque o Mário Covas solicitava, ou o Vice-Líder, o então Deputado Nelson Jobim, ou o Vice-Líder, o Deputado Euclides Scalco, é claro que ia interromper. Pedia licença, claro, com certeza, para saber se poderiam receber, porque era uma demanda do Senador Mário Covas, que estava no plenário, e perguntava se eles poderiam ir. Mas todos nós trabalhávamos de forma muito harmônica, cada um respeitando seu espaço, inclusive sabendo a hora que poderíamos entrar ou não. Havia uma disciplina funcional muito bem observada. Nós, funcionários, sabíamos exatamente até onde poderíamos ir, que liberdade tínhamos...

²² José Afonso da Silva. Jurista.

²³ Miguel Reale Júnior. Ministro da Justiça – 2002



Havia ciúme e disputa? Claro que havia! Mas, entre os funcionários: um querer mais próximo àquele, digamos, que esteja mais próximo da pessoa principal naquele momento. Na realidade, não se trata de pessoas, mas do que a pessoa está representando. No caso, à época, o Senador Mário Covas era o maior representante. Claro que quem tinha maior proximidade com ele provocava ciúmes nas outras pessoas. Mas poderia ser qualquer outra pessoa, entendeu?

12. O Centrão

O Centrão²⁴ não era bem uma dissidência do PMDB, porque o Centrão, na realidade, foi implantado pelo então Deputado Ricardo Fiuza²⁵ — inclusive, meu conterrâneo. Depois, teve a ajuda do Luís Eduardo Magalhães²⁶, que era muito jovem também. Se não me falha a memória — e eu não estou bem ajustada ao fato daquela época —, o Partido dos Trabalhadores (PT) se recusou a assinar a Constituição. Imagine: o PT queria uma Constituição mais engessada ainda! Então, eles, na realidade — como principais Líderes que eram, inclusive o Ricardo Fiuza —, tinham habilidade, porque eram homens também muito bem preparados. Havia embates com Mário Covas, com a Liderança do PMDB, sim. Mas não diria que eram embates pessoais, para intimidar o perfil de cada pessoa. Eram embates mais de ideais. Eles diziam que era impossível governar com uma Constituição. A gente está verificando, na prática, que estavam certos, independente de quem estivesse falando naquela época: João, Maria ou Pedro. O Senador Mário Covas, apesar de ter um temperamento difícil, ouvia opiniões. Ele não era fechado a opiniões e, mesmo que fosse, iria se conscientizar, como se conscientizou, de que determinadas observações que o Centrão fez eram procedentes. Tanto eram procedentes que a vida provou isso.

O Centrão, por incrível que pareça, foi um mal necessário. Se ele não existisse, a nossa Constituição seria mais engessada, e seria impossível ser

²⁴ “Grupo suprapartidário com perfil de centro e direita criado no final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República José Sarney”. Cf. CENTRÃO. CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao>.

²⁵ Ricardo Fiuza. (1939-2005). Deputado Federal - 1971-1975, PE, ARENA; 1975-1979, PE, ARENA; 1983-1987, PE, PDS; 1987-1991, PE, PFL; 1991-1995, PE, PFL; 1999-2003, PE, PFL; 2003-2007, PE, PPB.

²⁶ Luís Eduardo Maron de Magalhães (1955-1998). Deputado Federal – 1987-1991; 1991-1995; 1995-1998, BA, PFL. Presidente da Câmara dos Deputados – 1995-1997.



empregador no Brasil, porque os funcionários só teriam direitos, não teriam deveres. Seria impossível prosseguir daquela forma. O Centrão, de qualquer forma, foi um balizador para que ela não fosse mais extrema do que foi. Não estou aqui defendendo o Centrão. Estou dizendo que o Centrão foi um mal necessário, porque fez o caminho para que o extremismo não fosse instituído na redação da Constituição. Foram um mal porque, na realidade, também defendiam só os seus próprios interesses. Seriam absolutamente personificados pelo bem se o objetivo deles não fosse só esse. Mas, na realidade, eram apenas objetivos próprios, como também o outro lado queria superar tudo aquilo que foi abafado e que se sentia, de alguma forma, não vou dizer castrado, que é um termo muito forte, mas sentia que não teria direito à liberdade, mesmo como pertencente a qualquer Poder, no falar, no dizer, no declarar. Gosto muito de citar Buda, porque Buda sempre falou: “*O caminho ideal é o do meio*”. Até acredito que tudo isso será exemplo para as futuras gerações, essencialmente para a geração que está nascendo hoje, as crianças que estão nascendo hoje, cujos pais são funcionários, viveram sob a legislação desta Constituição e que podem, inclusive, avaliar o que foi melhor ou não para eles, porque eles vivem sob essa custódia, digamos assim, sob essa legislação.

13. As posições políticas do Líder Mário Covas

Não diria que Mário Covas era de esquerda. Hoje, na minha maturidade, diria que Mário Covas era como todo ser humano que vem de uma geração que se sente injustiçada, tendendo a hipertrofiar sua ideologia, seus ideais. Ele, como todos os outros, sofreu essa hipertrofia. Depois disso, eles se conscientizaram de que o extremismo não valeria a pena. Tanto é verdade que isso se confirmou com a instituição do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Não falaria em esquerda, porque jamais veria Mário Covas como um homem adepto do comunismo. Diria que estava mais para uma social-democracia. A social-democracia no Brasil é utópica, e não por causa da idade do nosso País. A Austrália tem 400 anos e tem um sistema democrático perfeito, é um país de Primeiro Mundo. Cingapura tem 40, 50 anos, é legislada por uma junta de militares e é extremamente democrata. É claro que esses conceitos são variáveis. Diria que toda a América Latina viveu o regime militar. Não digo que era uma ditadura, de fato, mas era um regime autoritário. Eles



saíram do *“Não posso falar o que eu penso”*. Acho que a coisa era mais individual do que realmente coletiva: *“Eu não posso falar o que acho”*; *“Eu não posso dizer que não gosto de amarelo”*; *“Eu não posso dizer que gosto de vermelho, porque vermelho é o símbolo da bandeira comunista”*. Claro que não!

Por exemplo, quando foi votada a questão das terras. É claro que o atual Senador Ronaldo Caiado²⁷, junto com o grupo que ele representava, estava defendendo os direitos de propriedade dele. Ele estava errado? Claro que não, porque as terras eram produtivas. Com o aumento do confronto, *“Não, então vamos dar todo direito sobre as terras que são inóspitas para aqueles que querem trabalhar no campo”*. Ora, não é só dar a terra. Ficou provado que se deu a terra, mas o êxodo rural aconteceu do mesmo jeito. Hoje vemos o movimento dos sem-terra, que é mais radical do que o Senador Ronaldo Caiado. Na época, ele defendia o direito à propriedade dele, que era produtiva. O Senador Mário Covas era contra. Muitas vezes eu dizia a ele: *“E quem vai dar o machado? Quem vai dar a semente?” Se der a terra, eles vão vender*. Ele permitia esse diálogo, em que pese, muitas vezes, esse temperamento, o que, claro, não se justifica, como disse, pelo fato grave que aconteceu na vida dele. Ele permitia que houvesse esse debate. Ele aceitava, até porque era obrigado a aceitar, mesmo sendo a liderança majoritária.

O Senador Covas pendia mais para a questão do povo, do proletariado, entre aspas, que ele acreditava defender. Os compromissos públicos do Senador, aos quais ele deitava mais luz e dava mais atenção, eram aqueles em que, no debate principal, seria dado foco aos segmentos da sociedade de baixa renda. Foi essa a bandeira da Constituinte: *“Vamos defender os oprimidos”*. Naquela época, ele era forte candidato à Presidência da República, era o Senador que, naquela época, tinha 8 milhões de votos. Comentava-se na Liderança. Ele se sentia, mas não falava. Ele não falava, mas eu sabia que ele se sentia. Por que eu sabia? Um dia falei para ele: *“Senador, nós temos que marcar uma entrevista com o Le Monde, temos que marcar uma entrevista com o The New York Times e com o The Herald.”* Nesse dia, ele estava na sua oscilação de humor e disse para mim: *“Por que eu tenho que marcar?”* Respondi: *“Porque o mundo hoje não é mais aquele mundo distante. O*

²⁷ Ronaldo Ramos Caiado. Deputado Federal - 1991-1995, GO, PSD. Deputado Federal - 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015; GO, PFL. Senador – GO, 2015-2019. Governador Goiás – 2019-2022.



mundo está ficando pequeno”. Hoje, o mundo realmente é pequeno, embora naquela época ainda não fosse. Caminhava-se para isso. Ele disse: *“Eu não vou ser candidato a Presidente da França, da Inglaterra ou dos Estados Unidos”*. Eu disse: *“Então, o senhor não será nem Presidente do Brasil”*. Ele ficou rindo. É claro que disse aquilo num misto de... Ele ficou rindo, e eu disse assim: *“Acredite em mim, Senador. Se o senhor continuar assim, não será”*. E realmente aconteceu.

14. As disputas que levaram ao PSDB

O senador Mário Covas era parlamentarista. Na questão de ser presidente, ficou híbrido. Ou então ele seria Primeiro-Ministro. É uma dúvida. Acho que eles apenas queriam dar maior poder ao Legislativo. Importaram o modelo italiano, importaram vários modelos e tentaram, como foi colocado aqui, o mandado de injunção, que é uma figura típica do conceito constitucional dos países anglo-saxônicos.

Na relação com o Planalto, até por conta da hierarquia entre os Poderes, era o Senador Mário Covas que ia ao encontro do então Presidente. O Senador não tratava com naturalidade a presença do Planalto na Constituinte. Ele reclamava que havia uma intromissão muito grande. Não era só muito grande, mas exacerbada e apoiada pelo Dr. Ulysses²⁸. Esse foi um dos motivos que os levaram a sair do PMDB e fundar o PSDB. Não só a proximidade do Dr. Ulysses com o Planalto. Houve uma mudança no foco daquilo em que eles acreditavam. Lembra quando falei sobre a social-democracia? Era isso o que o PSDB propunha. Quando o PMDB mudava o foco e cedida àquilo que o então Presidente Sarney²⁹ pedia, solicitava, não era só uma questão de imposição, porque ele também não estava ali numa situação muito confortável, de exigência. Na realidade, ele não era um Presidente legítimo. Foi por força das circunstâncias, mas, enfim, ele era o Presidente da República.

Quando começou a dissidência entre o Dr. Ulysses e o Senador Mário Covas ficou claro o movimento de saída do PMDB. Eles não concordavam com aquilo que,

²⁸ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, 1955-1959, 1959-1963, 1963-1967, SP, PSD. Deputado Federal, 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979, 1979-1983, 1983-1987, 1987-1991, 1991-1995, SP, PMDB. Presidente da Câmara dos Deputados, 1956-1958, 1985-1986, 1987-1988.

²⁹ José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Deputado Federal, MA, 1956, 1957 e 1959-1966; Governador, MA, 1966-1970; Senador, MA, 1971-1985; Presidente da República, 1985-1990; Senador, AP, 1991-2015.



digamos assim, a ala do Senador Mário Covas, o Senador Fernando Henrique e outros - estou falando dos principais. Eles não concordavam com... Primeiro, que o Dr. Ulysses tinha uma influência muito grande sobre os parlamentares do PMDB, principalmente os Constituintes que estavam ingressando. Ele era um homem experiente, equilibrado. Sim, claro que sim, até pela própria idade. Ele era um homem competente, um homem respeitado.

Não acho que o embate tenha sido em torno da questão da presidência. Acho que o Dr. Ulysses, no caso, estaria mais para ser Primeiro-Ministro. É claro que o jogo das vaidades existe em qualquer lugar. Isso é inerente ao ser humano. Inconscientemente, atrás de todo poder pressupõe-se uma vaidade. Mário Covas não fugia à regra, era extremamente vaidoso. O Dr. Ulysses também, assim como o Presidente Fernando Henrique. O ser humano não foge a essa regra, de forma geral, principalmente aquele que, por algum motivo, esteja exercitando qualquer tipo de poder.

Essa história da divergência começou com vários aspectos. Um deles, principalmente, foi a emancipação dos Municípios. Emancipação dos Municípios significa voto. Isso significa despesa para o Erário. Na época, Covas e Ulysses eram a favor. Os dois eram paulistas e, inegavelmente, o Senador Mário Covas tinha uma liderança em São Paulo muito grande. Em Santos, ele tinha um domínio muito grande sobre os estivadores, que o admiravam muito. E ele os representava muito bem. Inclusive, o seu suplente, o Joaquinção³⁰, o Joaquim era sindicalista. Então, inegavelmente, o perfil do Senador Mário Covas era um perfil que se identificava mais com o povo. Essa briga sobre a emancipação dos Municípios era dada porque isso significava autonomia de voto. Alguns Municípios que seriam favoráveis ao Dr. Ulysses, uma vez criados... Quer dizer, o Dr. Ulysses estava buscando a emancipação de algumas regiões específicas, com as quais ele seria mais ligado, e o Covas... Isso era, como a gente chama, uma bola de neve. Isso foi se estendendo aos outros Estados também. Começou por São Paulo. Começou muito forte por São Paulo.

³⁰ Joaquim dos Santos Andrade (1926-1997). Segundo suplente do Senador Mário Covas.



Essa batalha desgastou a relação dos dois. Depois houve outro desgaste, que foi com o Governador Miguel Arraes³¹, que exigia que Fernando de Noronha voltasse a ser do Estado de Pernambuco. O então Presidente José Sarney não queria isso, porque o jornalista Fernando Mesquita³² era o administrador, e o Dr. Ulysses defendia que não o fosse. Isso foi também algo muito complicado, muito difícil.

Havia também muitos embates entre Mário Covas e Orestes Quércia³³. Eu via o Orestes Quércia mais próximo do perfil do Dr. Ulysses. Eu o via mais próximo desse perfil, até porque ele também tinha ambições pessoais. Depois, na realidade, quem colocou o Orestes Quércia no cenário político, se a minha memória está bem ainda, foi o Franco Montoro³⁴. Ele era o Vice do Franco Montoro. Claro, ele era um grande articulador também. Muito forte no interior. Tanto que Campinas deve o que é hoje a Orestes Quércia, que, se não me engano, foi Prefeito de Campinas. Muitos desses embates vinham da quantidade de parlamentares, que aumentou muito no Estado de São Paulo após a Constituição. Não era que o Mário Covas fosse contra, mas começou a haver uma exacerbação de tudo. Se a gente analisar a bancada de São Paulo e quantos parlamentares, ainda que você diga que é a proporção da população, porque o deputado representa o povo, e o senador representa o Estado. Se a gente for verificar a quantidade de parlamentares que existe no Brasil, a quantidade parlamentares que existe nos Estados Unidos e o tempo de mandato de cada um, a gente vai perceber que realmente existe uma exacerbação no Brasil. Vamos conseguir mudar isso? Acho muito difícil.

15. O mandato do Presidente Sarney

Na questão do mandato do Presidente Sarney, no começo, a posição do Senador Covas era para 4 anos. No final, acho que foi um misto entre derrotado na sua tese e uma troca. O Dr. Ulysses, na realidade, foi quem ganhou. Primeiro, a

³¹ Miguel Arraes de Alencar (1916-2005). Deputado Federal - 1983-1987, PE, PMDB. Deputado Federal - 1991-1995, 2003-2007, PE, PSB. Governador de Pernambuco – 1963-1964, 1987-1990, 1995-1998.

³² Fernando César Mesquita.

³³ Orestes Quércia (1938-2010). Senador – SP (1975-1983); Governador de São Paulo - 1987-1991.

³⁴ André Franco Montoro (1916-1999). Deputado Federal - 1959-1963; 1963-1967; SP, PDC. Deputado Federal - 1967-1971, SP, MDB. Deputado Federal - 1995-1999, SP, PSDB. Senador – SP, 1971-1978, 1979-1982. Governador de São Paulo – 1983-1987. Ministro do Trabalho – 1961-1962.



duração da Constituinte, que acabou excedendo o tempo. O Sarney não teria o tempo necessário para realmente mostrar a sua governabilidade, porque, de qualquer forma, ele chegou pelas vias indiretas. Acho que queria ficar mais tempo. É claro que tinha influência, principalmente no grupo dele, no Centrão e tudo o mais. Ele dizia, digamos, para trazer inclusive os deputados que eram radicais, que isso não seria benéfico para o futuro, porque o desemprego seria maior. Pois o Sarney, embora não tenha convivido com ele, é muito habilidoso. Ninguém pode tirar isso dele. Ele é extremamente habilidoso! E, de qualquer forma, o Ulysses Guimarães se aliou mais a ele do que ao Senador Mário Covas. Acho que aí, digamos assim, não vou dizer que foi a gota d'água, porque seria muita pretensão dizer que participei de tudo e que sabia de tudo. Participava da maior parte das reuniões, até de reuniões de que alguns assessores não participavam. Participava, não por ser mais importante, mas porque ele precisava que eu participasse, para as anotações, etc.

16. A ocupação indígena

Durante a discussão do capítulo dedicado aos índios na Constituinte, o espaço que dava acesso ao gabinete foi ocupado por vários índios, centenas de índios, fazendo pajelanças, rituais. Era bem procedente, claro, a demanda deles, como é a de todos os índios no mundo inteiro. Mas, aquela forma de eles fazerem seus rituais, suas festas, vestidos a caráter... Inclusive, havia até uma superstição de que não se deveria colocar o cocar do índio, porque dá azar. Não sei exatamente de onde ela foi tirada. Deve haver algum motivo, ou na cultura indígena ou na dos não indígenas. Mas alguma coisa aconteceu que provocou isso. Deve haver alguma história. O Dr. Ulysses colocou um cocar. E, à época, brinquei com o Senador Mário Covas, dizendo: “Não coloca, não”. Mas disse isso de brincadeira.

Os índios não incomodaram. Mas realmente retardaram o trabalho, porque eles ocuparam... Não me lembro mais exatamente quanto tempo, mas com certeza foi mais de uma semana. Eles não deixavam qualquer pessoa sentar. Eles se sentavam. Esta aqui é a Casa do Povo, e ninguém poderia colocá-los para fora. Eles estavam no direito deles, são cidadãos brasileiros também. O que eles estavam querendo também era legítimo. Ora, todo mundo queria. Por que eles também não queriam uma legislação própria, já que o lado cultural deles estava sendo invadido



também, além das terras indígenas? Acho que tudo isso foi legítimo. Mas acho que não precisava do exagero.

17. Avaliação da Constituinte

Era para ser uma Constituição parlamentarista, e o regime ficou presidencialista por acordo entre o próprio Dr. Ulysses Guimarães e o Sarney. Houve muita pressão. O Presidente seria Tancredo Neves. Na realidade, pela Constituição anterior, o Presidente era para ser Ulysses Guimarães, mas acabou que o Vice, que era Sarney, assumiu a Presidência da República. À época havia esse receio de que se tivesse um retrocesso. Havia esse receio. O correto era Ulysses Guimarães convocar eleições diretas, mas o “Diretas já!” não havia sido regulamentado. O Dr. Ulysses, com todo o respeito à pessoa dele, resolveu optar pelo caminho que vulnerabilizasse menos — digamos assim — o processo democrático que estava se instituindo. Os 5 anos foram parte dessa negociação. Por isso, houve essas questões antagônicas: esquerda e direita. Há inclusive uma fala de um conterrâneo que muito respeito, o Deputado Roberto Freire³⁵, que disse assim: *“Ele sem querer terminou aprovando os 12% que beneficiavam o sistema financeiro”*. Todos vocês devem conhecer isso. Na realidade, não foi bem assim. Existia um consenso de como deveria ser administrado, mas as questões foram muito atropeladas com vários tipos de dissidências em relação à forma como eram regidas. Na realidade, hoje vejo que o poder constituinte deveria ser um poder à parte, um poder nascido para ser poder constituinte, e não um poder político. O poder constituinte deveria ser um poder com pessoas que representam cada segmento da sociedade e que viabilizem o processo.

Ninguém era contra a Constituinte. Até porque o próprio regime militar já estava se abrindo, sabia-se que eram imprescindíveis uma mudança e uma abertura, porque não cabiam mais ao mundo regimes autoritários. O último Presidente, o Figueiredo³⁶, já estava, de alguma forma, consolidando essa abertura.

³⁵ Roberto João Pereira Freire. Deputado Federal, 1979-1983, PE, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, PE, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, PE, PCB; Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, PE, PCB; Deputado Federal, 2003-2007, PE, PPS; Deputado Federal, 2011-2015, SP, PPS; Deputado Federal, 2015-2019, SP, PPS.

³⁶ João Baptista de Oliveira Figueiredo. Presidente do Brasil, 1979-1985.



Acredito que todo o povo brasileiro, com certeza, queria o seu direito a sua liberdade de expressão e não só o seu direito à liberdade de expressão, como o direito de ir e vir, que é inerente ao ser humano.

A maior parte dos parlamentares constituintes, todos eles, à época, se diziam perseguidos pelo governo militar. Alguns foram exilados, temos os exemplos que não preciso citar, que estão na própria história, a saber: o Deputado José Serra, o Senador José Serra, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e tantos outros, o próprio Senador Mário Covas, que, no mínimo, se sentiram, digamos, cerceados no seu direito de falar e de se exprimir.

Acredito que isso provocou — ainda que inconscientemente, como diria Jung sobre o inconsciente coletivo — uma necessidade de afirmação. *“Agora temos liberdade, temos o direito de falar, de dizer o que sentimos; queremos diretas, queremos abertura”*. Isso é ótimo. Todos nós queremos isso, e o próprio Deus, que é uno, nos fez livre. Deus nos concedeu o livre-arbítrio, mas acho que o ser humano, nos seus ímpetos, na sua compulsão, até por falta de maturidade, foi com uma compulsão maior do que a racionalização.

As pessoas vinham com esse ímpeto de defender o povo, até porque se elegeram para isso. Prometeram ao povo que a nova Constituição iria proteger o trabalhador. Acontece que as pessoas que legislavam não eram o empresário. O empresário tinha outro enfoque. Ele sabia que era inviável. Então, por que também não mudar a carga tributária, que não foi mudada? Por que também não mudar o Direito Penal, que não foi mudado? Por que postergar essas decisões que até hoje não se atualizaram? Então, tudo teria que ser feito ali. A Constituição dos Estados Unidos tem quantos anos, quantos artigos? Tudo bem, o nosso Direito é diferente. O Direito americano é jurisprudencial, o nosso é latino. Mas é um Direito que está híbrido, porque o que nós temos de jurisprudência no Supremo já o torna híbrido no nascedouro.

A constituição demorou exatamente por essa questão de que se fala. Muitas alas queriam radicalizar, e tudo o que se radicaliza fica inviável, tanto que existem muitos capítulos da nossa Constituição que ficaram inviáveis. Primeiro, porque ela tinha o objetivo de ser parlamentarista. Depois, houve a morte do Tancredo, o Sarney assumiu. Queriam que ela fosse presidencialista. E, nesse meio termo, a



nossa Constituição tornou-se híbrida. Por isso mesmo, ficaram várias pautas em aberto, inclusive até hoje se reconhece que o nosso Governo vem sendo regido por medidas provisórias, o que é inerente à Constituição de governo parlamentarista.

Um exemplo dessas pautas em aberto é a questão da Previdência. A Previdência vem sendo emendada desde todos os governos, desde que se começou o primeiro Governo Sarney, depois no Governo Collor, depois veio o Governo Itamar Franco, o Governo Fernando Henrique, todos eles fizeram ajustes. Inclusive há as questões dos funcionários, servidores em transição, porque se questionava se havia direito adquirido. O que era direito adquirido e como isso iria ser subentendido? Para se evitar demandas na Justiça, funcionários, inclusive que estavam no mesmo nível que eu — eu falo nível em termos de tempo de serviço e do que rezava a Constituição anterior —, fomos atingidos por duas reformas, a do Presidente Fernando Henrique e a do Presidente Lula da Silva. Então, várias questões ficaram em aberto, é claro que sim.

Outrossim, a própria questão do trabalhador ficou engessada, porque é praticamente impossível atender a demanda de um país em desenvolvimento com as rígidas leis trabalhistas que hoje temos. É justo ao trabalhador? É. Mas é provado que nos países de primeiro mundo não existe essa legislação tão rígida. Entretanto, os trabalhadores têm todos os seus direitos. Um exemplo disso são os Estados Unidos, os países escandinavos, os países mais desenvolvidos do mundo, por exemplo o Japão, todos eles têm direitos assegurados e, para isso, não se precisa ser um poder engessado. Então, isso faz parte mais de um ímpeto até de a pessoa que foi oprimida — é a questão do opressor e do oprimido — conseguir dar seu grito de liberdade — o objetivo foi esse — do que realmente algo coerente que siga um caminho para o bem-estar tanto do trabalhador como do empregador.

Acho que houve excessos que poderiam ter sido evitados, até porque os homens que dirigiram a Constituição eram pessoas muito preparadas, muito inteligentes e com história de vida. Cito o Presidente Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados, o Senador Mário Covas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o próprio Itamar Franco, que foi Presidente da República e é um homem ao qual o Brasil deve muito, mas muito pouco se fala nele. Ele deu abertura ao desenvolvimento no País. Eu acho que tínhamos um acervo cultural de pessoas



preparadas, como o Governador José Serra, pessoas com preparo intelectual de inestimável valor. Então, nós poderíamos ter tido um melhor equilíbrio, uma melhor coesão. Entretanto, paradoxalmente, precisou ser criado o Centrão, que seria, entre aspas, a “direita”. Isso ocorreu quando direita e esquerda já eram conceitos superados no mundo inteiro. Desde que o Muro de Berlim caiu, Gorbatchov já está em outra morada. Ronald Reagan conseguiu com ele a queda do Muro de Berlim. A China hoje é capitalista. Acho que esse conceito nem mais existe. Digamos que são teorias para o aperfeiçoamento do Estado.

É nesse sentido que houve equívocos e que, principalmente no setor privado, a Constituinte foi engessada. Engessada como? Foram dados muitos direitos ao trabalhador. Isso foi justo e correto? Sim, foi justo e corretíssimo. A Constituinte queria dizer que estava do lado do povo, que estava do lado do oprimido, do proletariado. Não era a direção do PMDB, mas era a direção que o PT pretendia. O PMDB tinha uma posição mais moderada, equilibrada. Então, o que acontece? Estava errado o funcionário doméstico, por exemplo, não ter carteira assinada? É claro que sim, sempre foi errado. Estava errado o funcionário não ter legisladas as suas horas extras, não ter legislada a hora noturna tendo um serviço noturno? É claro que isso estava errado. Esse foi o grande aspecto positivo da parte trabalhista da Constituinte. Mas está certa essa quantidade de impostos e de engessamento? Por que conceder 6 meses de licença à servidora pública, mas 4 meses à funcionária privada? Será que a gravidez da servidora pública é diferente da gravidez da funcionária do setor privado? A mulher é a mesma, certo? Acho que é muito positivo para nós do serviço público que sejamos aposentados como somos, mas acho que o é também para o funcionário do setor privado. Deve haver diferenças e distinções? Sim, até porque não se pode pressupor que o serviço público seja cíclico todo o tempo. Não é assim em nenhum lugar do mundo, porque o servidor tem que haver um patamar de fidelidade àquilo em que trabalha, ao seu perfil. Mas isso não significa que o seu trabalho seja mais importante do que o do pedreiro, do médico. Vai ter que se estabelecer uma hierarquia seja onde for. Isso é democracia.

Em nossa Constituição, manteria as cláusulas pétreas, até porque as cláusulas pétreas representam uma condição do ser humano. Diria até — costume



ouvir isso de alguém, só estou repetindo — que o mundo só precisaria de uma Constituição: os Dez Mandamentos. Para além de religião, tudo ali está escrito. Se o ser humano os seguisse, nós viveríamos uma perfeição. Mudaria todas as questões que estão ligadas à legislação trabalhista e à Previdência Social. Uma limpeza. Uma assepsia, como sempre, àquele a quem merece que lhe seja dado o máximo.

Quero dizer que a Constituinte, apesar de seus equívocos, foi legítima, foi importante. Até com os erros nós aprendemos. A palavra chinesa “*wei-chi*” significa: “*perigo é também oportunidade*”. Com certeza, ela terá que ser aperfeiçoada, na medida em que também a população seja ouvida, num plebiscito, talvez. Não cabe a mim o tipo de sugestão, até porque não sou política. Mas acho que ela tem que ser mudada. Acho que é impossível continuar da forma que está e acho impossível aos próximos presidentes governarem por medida provisória, acho inclusive que sequer é legítimo. Então, a Constituição terá que ser mudada.

Mas acho que a Constituinte teve um marco, que foi quando saímos de um regime autoritário e passamos para um regime democrático, de liberdade. Era um momento em que todo o Brasil estava prestando atenção no Congresso Nacional — até então, estávamos vindo de um regime autoritário —, para começar a instituir a democracia através de uma nova Constituição. Como tal, a Constituinte cumpriu o seu dever, à época, é claro que com lacunas, porque todas as vezes em que saímos de um momento oposto ao outro a tendência é que se radicalize. Acredito que isso aconteceu e que, ao longo dos anos, aqueles que a constituíram e nós, que apenas somos servidores, como eu, constatamos que alguns equívocos foram cometidos. Em toda a história do mundo, do planeta Terra, antes e depois de Cristo, em todas as vezes que isso ocorreu, foi-se para o extremo. Vamos falar do próprio Davi, para encerrar, que mandou o seu melhor amigo para a guerra, para ser morto e ele poder casar com a mulher desse seu amigo.

FICHA TÉCNICA

- 1 Data: 20/08/2018
2. Local: Sala da Cobec – Cedi
3. Duração: 1h52min
4. N° do arquivo: E017



5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota (P_6741) e Adriano Ceolin (P_122578)
7. Equipe de vídeo: Teresa Cristina Barbosa Labarrère – P_7479 (produtora)
Roberto Guery – P_ 913.327 (cinegrafista) e Roberto Bispo – P_3.002.831
(assistente de cinegrafia)
8. Fotografia: Rafaela Martins – P.702056
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 20/09/2019
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota